



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 023

**INDUSTRIALIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E MERCADO DE
TRABALHO**

Edna Castro

Belém, Maio de 1994

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Marcos Ximenes Ponte

Vice-reitor

Zélia Amador de Deus

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Francisco de Assis Costa

Diretor Adjunto

Tereza Ximenes Ponte

Conselho editorial do NAEA

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 023

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

INDUSTRIALIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO

Edna Castro

Resumo:

As mudanças socioeconômicas que tentamos demonstrar inscrevem-se no curso de uma industrialização que se fez à base da exploração intensiva de recursos naturais e da geração de empregos de natureza precária, mas que é contemporânea a um processo de globalização que se caracteriza, em síntese, pela recomposição de forças políticas via articulação de grandes empresas industriais e financeiras em busca de unificação de mercados. O reforço aos processos de concentração e centralização de capitais, redefinindo e intensificando a competição inter-empresarial, tem resultado em um número expressivo de empresas falidas; pelas mudanças importantes, é o que se tem verificado no mundo do trabalho. Essas alterações tecnológicas se dão graças ao avanço da informática, facilitando adaptações dos processos de trabalho à produção flexível, mas também pela implantação de uma nova engenharia da gestão do trabalho, com técnicas participativas e de controle de qualidade, “enxugando” a máquina de pessoal.

Palavras-chave: Globalização. Gestão do trabalho. Transformações sociais. Mercado de trabalho.

Introdução

Transcorrida quase uma década desde a implantação, em 1985, dos maiores projetos industriais do programa Grande Carajás (PGC) na Amazônia, nos interrogamos sobre as transformações sociais e econômicas desencadeadas no âmbito do trabalho, nas áreas urbanas.

As mudanças socioeconômicas que tentamos demonstrar inscrevem-se no curso de uma industrialização que se fez à base da exploração intensiva de recursos naturais e da geração de empregos de natureza precária, mas que é contemporânea a um processo de globalização que se caracteriza, em síntese, pela recomposição de forças políticas via articulação de grandes empresas industriais e financeiras em busca de unificação de mercados. O reforço aos processos de concentração e centralização de capitais, redefinindo e intensificando a competição inter-empresarial, tem resultado em um número expressivo de empresas falidas; pelas mudanças importantes, é o que se tem verificado no mundo do trabalho. Essas alterações tecnológicas se dão graças ao avanço da informática, facilitando adaptações dos processos de trabalho à produção flexível, mas também pela implantação de uma nova engenharia da gestão do trabalho, com técnicas participativas e de controle de qualidade, “enxugando” a máquina de pessoal. Embora melhore a produtividade, um dos resultados desses mecanismos é a geração de uma nova dimensão do "desemprego estrutural". A terceirização como prática incentivada, sobretudo, pelas grandes empresas, inclusive as do programa grande Carajás, insere-se nesse processo de globalização provocado pela intensificação da concorrência capitalista. A questão é saber se essa industrialização na Amazônia pode ser compreendida pelas mesmas dimensões que a associaram com o desenvolvimento, em outros países ou regiões. A nosso ver, impõe-se construir de outra maneira a problemática da industrialização e condições metodológicas de sua compreensão, que não descarte o conjunto das relações de trabalho - assalariadas ou não - reveladoras dos custos sociais locais da implantação desses empreendimentos.

Razão pela qual entendemos a importância de levar em conta certas dimensões e particularidades de seu mercado de trabalho. Primeiro, por tratar-se de uma região de fronteira industrial, cujos novos empreendimentos representam o alargamento da relação salarial e a presença de novas formas de regulação no mercado de trabalho influenciando nas estratégias de fixação da mão-de-obra que transita nessa "fronteira"¹ em busca de possibilidades de trabalho menos provisórias. Isso tem provocado processos de recomposição social e política marcadamente diferente de outras regiões. Por outro lado, esse mercado evolui também pela forte presença do estado - através dos empreendimentos estimulados direta ou indiretamente pelo PGC - e pelos interesses das empresas que

¹ A noção de "fronteira" tem sido objeto de debate polêmico no contexto das análises sobre as relações sociais e políticas no meio rural (fronteira agrícola). Neste texto o termo é utilizado para designar o espaço onde as relações sociais (no campo do trabalho e fora dele) são transformadas pela presença de múltiplos atores e incorporando, em alguns casos, processos industriais novos.

se instalam e interferem em sua regulação. Os grandes equipamentos com controle eletrônico destinados às fases preliminares de transformação industrial, como os utilizados pela CVRD no setor de produção mineral, de certa forma estão associados, através das usinas do PGC, a processos e tecnologias tradicionais presentes nos setores de madeira e de siderurgia (guseiras). Ainda sobre o plano da tecnologia, as siderúrgicas e as usinas de madeira já se instalam com procedimentos ultrapassados, obsoletos e a gestão patronal organiza-se a partir de relações bastante autoritárias que facilitam uma exploração intensiva da força de trabalho. As exigências de qualificação para parcela reduzida da massa de trabalhadores se realizam ao lado de uma produção maior de empregos precários e instáveis, marcando a face social das cidades que crescem nas cercanias desses grandes empreendimentos industriais.

A compreensão sobre essas mudanças passa pela identificação das rupturas nas estruturas produtivas tradicionais e das possibilidades e limites de sua reprodução. Mas também pelo reconhecimento do que há de novo quanto aos processos técnicos e às relações de trabalho presentes nesse cenário regional e urbano. A porta de entrada aqui adotada privilegia a análise das estratégias empresariais e dos mecanismos de negociação no mercado de trabalho, por parte de seus atores principais: estado, empresas e trabalhadores. Que práticas estão sendo introduzidas por essas empresas para responder às suas necessidades de mão-de-obra? Constituem-se como práticas que tendem a estruturar de forma mais estável esse mercado? Ou se trataria de uma recombinação de regras já presentes, implícita ou explicitamente, no mercado?

As observações empíricas aqui tratadas referem-se a algumas das cidades que sofreram fortes impactos devido à instalação de projetos industriais e de serviços do PGC - com crescente terceirização via subcontratação de empresas prestadoras de serviços - entre elas Marabá e Parauapebas no Estado do Pará e de Açailândia no estado do Maranhão. Trata-se de espaços recortados de forma significativa nas décadas de 60 e 70 pelos incentivos fiscais da SUDAM e da SUDENE destinados à exploração de madeira e gado e marcados por intensa penetração de migrantes de origem rural provenientes de zonas de conflitos em outras regiões do país os fluxos demográficos foram facilitados pelas rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, PA-70, Pará-Maranhão e mais recentemente pela estrada de ferro Carajás².

² São exemplos, cidades como Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Barcarena(PA) e Açailândia (MA) que se situam entre aquelas, apresentando taxas elevadas de crescimento populacional nos respectivos Estados. Observou-se profundas mudanças nas formas de uso do espaço e dos recursos ali contidos. Tais mudanças em parte são resultantes de um estado de conflitualidade entre atores que se disputam em função de interesses, representações e práticas antagônicas a respeito do uso e apropriação desse espaço. Nesse sentido, o cotidiano e os modos de vida mudaram bastante. Os trabalhadores e suas famílias foram submetidos a novos impasses (objetivos e subjetivos) como, por exemplo, aqueles que concernem à impossibilidade de reproduzir estruturas anteriores de trabalho autônomo.

Industrialização e formação do mercado de trabalho

A ampliação do assalariamento nessa fronteira industrial teve como elemento impulsionador a instalação de novos empreendimentos, mas também da reestruturação de atividades produtivas e dos efeitos nelas provocados pois trata-se de uma região onde a economia baseada no trabalho familiar ocupava e ocupa ainda lugar importante na reprodução social.

Tal dinâmica interferiu diretamente na organização do mercado de trabalho diversificando-o segundo setor e ramos de atividades, ocupações, qualificações, salários, políticas empresariais e gestão da mão-de-obra. Ao se implantarem com relativa concentração geográfica e num lapso de tempo reduzido, concentraram igualmente os impactos econômicos e sociais sobre certos mercados de trabalho urbanos (a construção civil e os serviços são característicos). Uma análise mais verticalizada sobre a diferenciação quantitativa e qualitativa entre esses mercados resta ainda um trabalho a ser feito.

Os novos processos de trabalho exigiram diversificação da estrutura produtiva e no perfil ocupacional da mão-de-obra, consolidando também a predominância do regime assalariado, nos espaços urbanos. Cabe ressaltar que a expansão do assalariamento na Amazônia não representa maior importância na alteração dos dados agregados, à nível nacional, se examinado do ponto de vista quantitativo de sua população ou da participação regional no PNB. Certamente não seria tampouco indicador de retomada do emprego ou de sucesso/insucesso de uma política neoliberal de saída da crise, pois se trata de uma situação singular de "fronteira", cujos dados devem ser avaliados cuidadosamente e a ela referidos. É certo que algumas zonas urbanas do país têm demonstrado melhor desempenho frente à crise, experimentando processos de reestruturação no mercado de trabalho, ainda que os dados nacionais apontem a tendência da queda na taxa do emprego³. A implantação de controle total de qualidade (TQC), de outras estratégias de produção flexível e de novos processos de engenharia são exemplos desse esforço, no País. Nesse sentido, as análises aqui contidas não podem responder ao debate nacional sobre emprego, desemprego, crise econômica, e enfim, às questões que remetem à dinâmica do mercado de trabalho nacional. Os dados aqui examinados estão referidos tão somente a uma dinâmica local, regional, enquanto espaços de trocas e de afrontamentos diretos entre seus atores sociais. Provavelmente é a nível local (urbano ou rural) que se pontualizam no Brasil de hoje, as principais transformações sobretudo de caráter político que tem interferido em mudanças econômicas, como apontado em pesquisas recentes..

A intensa mobilização de mão-de-obra em direção à Amazônia oriental é seguramente anterior aos grandes projetos minerais. Desde fins dos anos 60, houve intensos fluxos migratórios, sobretudo

por camponeses expulsos da terra em outras regiões do país onde a modernização do campo empurrou em processo contínuo trabalhadores e famílias em direção à Amazônia. Nesse sentido há um deslocamento espacial da pobreza e da exclusão social. Os programas de colonização reforçaram esse processo. Os investimentos aplicados e os fluxos migratórios contribuíram à expansão do mercado de trabalho assalariado e definiram as bases de sua constituição. É corrente a correlação entre emprego e interrupção de trajetória migratória que pode ser temporária ou definitiva. De certa forma há um cruzamento desse processo com um outro que eu chamaria de "oportunidades e reorientações no percurso migratório" traduzido pelo movimento em direção a novos espaços da fronteira.

Examino três grupos de empresas definidos a partir dos seguintes indicadores: setor de atividade, histórico da ocupação, tecnologia, processo de trabalho e relações de poder. Esses grupos são: 1. Empresas dos setores madeireiro e da construção civil; 2. Empresas siderúrgicas (guseiras) e 3. Empresas do setor múmero-metalúrgico.

Empresas madeireiras e da construção civil

As serrarias tiveram um papel importante na constituição de um mercado de trabalho em cidades como Marabá, Parauapebas e Açailândia. Representam, para muitos trabalhadores, a primeira etapa de uma trajetória de assalariamento. Contribuem, portanto, para formar uma primeira geração de operários. Este mercado de trabalho constitui-se como bolsão de emprego e por isso, local de recrutamento para outros municípios, como se constatou em Açailândia o agenciamento contínuo de centenas de trabalhadores para irem trabalhar em atividades de serrarias localizadas em municípios mais distantes, caso de Paragominas.

No fim dos anos 70, inicia-se a fase de abertura de grandes obras com a construção de estradas, ferrovias, aeroportos, centros urbanos, distritos e parques industriais, terminais para abastecimento de derivados de petróleo e construção de uma usina hidroelétrica (Tucuruí). Expande-se fortemente a mobilização e o recrutamento de trabalhadores. Na construção do projeto ferro Carajás, as empresas de serviços, subcontratadas pela companhia vale do rio doce (CVRD) reuniam, em 1980, cerca de 8.000 trabalhadores em seus canteiros de obras; em agosto de 1982, eles eram 27.482. Na área de entorno, garimpos como o de serra pelada, alcançaram o número de 70.000 homens, compreendendo uma parte significativa que provinha de obras desativadas do setor de construção civil. Outro movimento frequentemente observado se fez pelo abandono do garimpo e retorno ao canteiro de obras. A lógica que emerge nessa dinâmica é, sobretudo, a de deslocamentos, como razão

³ Ver de DEDECCA, C. Un Bilan sur l'évolution de l'emploi et du revenu au Brésil. Actes du Colloque de Chantilly. Décembre 1993. Paris.

primeira da apropriação de possibilidades, de condição de busca em direção a um mercado mais estável. Esse movimento comporta também elementos de outra dimensão, a do *guetto*, expresso pelas fortes barreiras enfrentadas por muitos em construir uma trajetória profissional e assalariada nessa fronteira. A situação das mulheres, por exemplo, visibiliza uma divisão sexual do trabalho obscurecida no tecido social, silenciada pois considerada natural seja no âmbito da formulação de políticas e programas de desenvolvimento, seja no meio empresarial ou ainda nas entidades de representação dos trabalhadores. Resta às mulheres um punhado de atividades (e possibilidades!) De trabalho de menor reconhecimento social e baixa remuneração.

Numerosos contratos assinados no setor de construção civil - entre empresas do porte da Camargo Correa ou da Andrade Gutierrez com dezenas de firmas menores subcontratadas como prestadoras de serviços - contribuíram à criação de esquemas particulares de organização do trabalho e de recrutamento de mão-de-obra. De certa forma as práticas referentes aos contratos de trabalho foram homogeneizadas, alinhando-se sobre regras estabelecidas pelas principais empresas como observou-se no caso da construção da usina hidroelétrica de Tucuruí (Eletronorte) e da implantação do projeto ferro Carajás (CVRD). A chegada massiva e simultânea de empresas exigiu uma organização local e o estabelecimento de regras referentes ao recrutamento e à utilização da força de trabalho. Se pode afirmar portanto que a reorientação do recrutamento respondia à um objetivo de funcionamento da empresa matriz (CVRD e Eletronorte) e, ela mesma, impunha seu modelo de recrutamento e de contratação de mão-de-obra às empreiteiras. O mesmo princípio se poderia encontrar nos casos de dispensa em massa de trabalhadores, no término das grandes obras. Inclusive era solicitada, pelas empresas, a instalação de uma unidade provisória do ministério do trabalho (a exemplo a construção da hidroelétrica de Tucuruí) com fins de padronizar e imprimir um caráter formal na finalização dos contratos trabalhistas. Essa presença do estado representa uma legitimação. Os contratos de trabalho eram bastante diferentes entre si e segundo o perfil ocupacional das empresas. O clima de tensão entre trabalhadores e empresas não era portanto negligenciável, basta examinar as reclamações trabalhistas registradas no tribunal regional do trabalho, inclusive colocando as municipalidade frente à problemas graves para os quais elas não estavam preparadas para dar soluções.

Empresas siderúrgicas de gusa

As usinas de ferro gusa começaram a se instalar em 1987 em cidades localizadas ao longo da estrada de ferro Carajás como resultado de decisões tomadas no âmbito do programa grande Carajás. Na produção de gusa e ligas, utiliza-se ferro como insumo básico, ao lado do carvão vegetal, representando uma fase preliminar de beneficiamento do ferro. Em minas gerais há uma tradição na produção do ferro gusa desde início do século XIX, pela via de unidades fabris de pequena escala

comercial. Naquele estado se concentra. Aproximadamente, 93% dos estabelecimentos nacionais. Essa atividade sempre esteve associada à disponibilidade de recursos florestais e por isso mesmo apontada como uma das responsáveis pelo processo de destruição da mata atlântica e de outras áreas florestais contíguas. Somente em 1957 entraram em operação em Minas Gerais, 70 altos fornos capazes de produzir um milhão de toneladas de ferro-gusa por ano, conforme aponta Pinto (1989). Embora cerca de 40% da produção de gusa seja ainda à base de carvão vegetal, naquele estado, houve a introdução do carvão mineral, sobretudo, em empresas com perfil mais moderno. No caso das usinas instaladas em cidades localizadas ao longo da estrada de ferro Carajás, a dependência de carvão vegetal, à base da extração de floresta nativa, é total.

O encarecimento da madeira devido a distância cada vez maior para transportá-la até ao local de produção de gusa bem como a contestação sobre os efeitos da destruição dos ecossistemas florestais, contribuíram com o processo de deslocamento dessa atividade em direção à Amazônia Oriental. O conselho ministerial do PGC aprovou inicialmente um conjunto de 23 usinas siderúrgicas a serem localizadas em cidades cortadas pela estrada de ferro. Entretanto, das empresas instaladas, a maior parte se dirigiu para Marabá e Açailândia. Atualmente aquela cidade tem três siderurgias, - inclusive com problemas sérios de funcionamento -, e Açailândia com quatro altos fornos e novos empreendimentos em fase de instalação.

No que concerne à estratégia das empresas no mercado de trabalho observa-se uma demanda orientada à mão-de-obra semi ou não qualificada, seja para o trabalho industrial ou para produzir carvão vegetal, ambas apresentando condições de trabalho precaríssimas. Porém do ponto de vista da maior quantidade de trabalhadores engajados, recai na atividade de carvoejamento, pois as siderurgias embora funcionem em três turnos, contratam cada uma aproximadamente 200 empregados.

Parte da força de trabalho recrutada pelas usinas madeireiras e siderúrgicas concentra-se na periferia de zonas urbanas, chegando mesmo a criar um "bairro operário", como observa-se no distrito industrial de Piquiá, este último distante 20 quilômetros da cidade de Açailândia. Acumulam experiência no trabalho das usinas e sobre os processos técnicos, com base em uma aprendizagem em serviço. Paralelamente ao processo de instalação dessas pequenas siderurgias surgiram nas cidades do Maranhão, tais como Rosário, Caxias, Codó, Coroatá, Bacabal, Santa Inês, Santa Luzia e Imperatriz, e nas cidades paraenses cortadas ou próximas da ferrovia, um número considerável de pequenas empresas industriais e de serviços, reforçando o processo de assalariamento e as tensões na dinâmica do mercado de trabalho⁴.

⁴ A dinâmica social desencadeada se faz também pelas lutas conduzidas por diversos grupos - metalúrgicos, setores urbanos, camponeses etc. - que tem defendido seus interesses frente ao Estado, às empresas públicas e privadas e aos grandes proprietários de terra. E impossível negar que o mercado de trabalho em Açailândia,

Empreendimentos mínero-metalúrgicos de grande porte

Um terceiro grupo de empresas que teve papel importante são os empreendimentos de grande porte e maior recrutamento, que é o setor mínero-metalúrgico do PGC⁵. Representa um modelo de intervenção - enquanto conjunto de projetos integrados - cuja concepção sugere dois objetivos: articular as estratégias do estado às empresas, de um lado, e vincular as atividades do setor primário (mina, madeira, gado, agricultura e reflorestamento) aos sistemas industriais, de outra parte.

De todos os programas governamentais voltados à Amazônia, nessas três últimas décadas, o grande Carajás se distingue dos outros pelo montante de investimentos, sob diferentes formas de aportes de capital - públicos-privados, nacionais e internacionais. É também o programa que apresenta maior pretensão territorial⁶, atendendo a um objetivo de diversificação setorial em sub-programas e em projetos. Contrariamente às políticas governamentais dos anos 60 e 70 nessa região, que dava prioridade à exploração da madeira e do gado, o estado vai garantir nos anos 80 os interesses desse setor industrial. A descoberta de riquezas minerais acelera as negociações e a aceitação dos primeiros projetos industriais no setor: Projeto Ferro Carajás (ferro), mineração rio do norte (bauxita), ALBRÁS/ALUNORTE e alumar (alumínio-alumina), e outros projetos da CVRD tais como os de manganês, de cobre e de ouro⁷.

A CVRD associada com a Nippon Amazon Aluminium Company (associação de 30 siderúrgicas japonesas) mantém em Barcarena, próximo de Belém, um dos mais importantes projetos mínero-metalúrgico, a Albrás-Alunorte (aluminium). Ainda que exista uma certa similitude com o projeto ferro Carajás e com a mineração rio do norte, do ponto de vista de sua concepção como complexo (usina, estrada de ferro, porto e núcleo urbano), ele apresenta diferenças significativas

Marabá (e outras cidades da "pré-Amazônia maranhense" e do sul do Pará) resulta em parte da desagregação da pequena produção.

⁵ O Programa Grande Carajás foi oficializado em 1980 pelos Decretos-Leis n° 1.813 (24/11) e n° 1.825 (22/12)

⁶ Ver Relatório da Pesquisa "Exploração Mineral e Transformação nas Relações de Trabalho. UFPA/NAEA. 1992.Belém.

⁷ O carro-chefe dos projetos de exploração mineral que é de certa maneira o responsável pelo *assentamento* da CVRD na Amazônia é o Projeto Ferro Carajás que começou a funcionar em 1985. Trata-se de um complexo industrial que compreende: a mina (extração e beneficiamento do ferro); a estrada de ferro que percorre 890 km cortando o sudeste do Estado do Pará, em direção ao Estado do Maranhão e atravessa este último até sua capital, São Luis; e o porto onde o minério é descarregado em navios cargueiros afim de ser canalizado ao mercado exterior. Esse complexo se coloca no espaço regional com uma malha de serviços que extrapola o campo da produção. É o caso dos investimentos direcionados à serviços de infraestrutura urbana e social, no Núcleo Urbano do Carajás, nas vilas residenciais em outras cidades cortadas pela ferrovia (Parauapebas, Marabá e Açailândia, por exemplo), na sua forte presença institucional e financeira em certas Secretarias Municipais. Constituem-se como rede de apoio que beneficia igualmente ao funcionamento de outros empreendimentos da CVRD situados em espaço contíguo, materializando assim as estratégias de diversificação da empresa, previstas para os anos 80 e que Carajás oportunizaria.

quanto ao modelo de gestão. Um outro empreendimento que iniciou ao mesmo tempo é o da Alumar (aliança sob a forma de *joint venture*, formada pela Alcoa dos Estados Unidos e da Billington Metal/Shell) usina de alumínio-alumina, localizada em São Luís e que utiliza como insumo importante a bauxita extraída no rio Trombetas pela mineração rio do Norte, cuja produção começou em 1979.

Para poder responder à demanda energética dos projetos citados, foi planejada a usina hidroelétrica de Tucuruí, de forma a garantir energia a preços subsidiados⁸. Construída sobre o rio Tocantins, foi a primeira de um conjunto de hidroelétricas previsto pela política do setor elétrico brasileiro. Seu custo foi estimado em 4 milhões de dólares para gerar aproximadamente 8.000 MW. Entrou em funcionamento em 1985.

As estratégias do estado e a intervenção empresarial nessa região reencontram-se sob uma lógica expansionista que na atualidade mereceria ser melhor avaliada dos pontos de vista dos efeitos de uma política neo-liberal e da redução do papel do estado nas ações intervencionistas. Por toda a década de 80, a CVRD destacou-se pelas práticas expansionistas sobre o território amazônico e, em consequência, pelos inúmeros conflitos com diferentes grupos localizados na área, como camponeses, indígenas, pescadores, garimpeiros etc. Tem procurado intervir, de forma diferenciada, num território formado por 900.000 km², sob jurisdição oficial do PGC, - correspondendo a 10,6 % do território nacional. Mas, sua presença também se faz sentir pelos pedidos de pesquisa, lavra e concessões que se estendem a todo o território amazônico. Esse modelo de expansão e de concentração de terras, representativo das políticas de "desenvolvimento a qualquer preço, tem sido bastante criticado em função de seu custo social e ecológico.

A corrida pela apropriação dos recursos corresponde a uma nova forma *de mise en reserve* das terras na Amazônia, definindo *sob medida* as prioridades setoriais para os investimentos e, de uma certa maneira, também os projetos e as empresas, sem perder de vista que é igualmente necessário controlar o acesso institucional a essas regiões.

A CVRD representa efetivamente a instância decisiva, a mais importante no quadro do PGC e uma das razões de sua predominância reside na instabilidade do poder. A ação do estado e a crescente burocratização das relações de poder estão presentes na conjuntura nacional. Configura-se a criação de um poder impessoal sob a forma de grandes empresas públicas - a exemplo da CVRD - e privadas, excluindo das decisões, governadores de estados e autoridades locais. Apesar de uma dinâmica política regional baseada ainda sobre as oligarquias, a presença crescente de novas empresas apoiadas pela

⁸ Ver as análises referentes aos impactos sociais sobre populações rurais e indígenas: Mougeot (1986;1987); Magalhaes (1986;1988), Castro (1989).

máquina política federal, revela mudanças no tempo, rearmando o jogo político e as estruturas de poder, sobretudo naquelas regiões mais tocadas pela ação da modernização econômica⁹.

Esta intervenção da ordem do político se estende às diferentes esferas onde se reconstruem as relações de poder, inclusive o mercado de trabalho. Como qualquer outro mercado, ele é também um lugar de trocas efetivas e simbólicas. Nesse sentido, as relações sociais de dominação utilizam-se de uma dimensão cultural presente nos grupos heterogêneos que chegam na fronteira, não raro submetidos a longos processos de dominação - caráter do paternalismo - reproduzindo sob outras condições, comportamento autoritários que influenciam na gestão e nas formas de exploração do trabalho, como se observa nas usinas e nas empresas subcontratadas por esses empreendimentos.

A CVRD é o principal empregador direto do setor mineral no Carajás e também indireto se levarmos em conta as empresas que lhe prestam serviços. O *enjeu* principal é, portanto, uma nova forma de regulamentação institucional do mercado, na medida em que se esboçam certas regras pertinentes ao modelo de gestão da mão-de-obra, compreendido por atitudes e comportamento - como de higiene e disciplina - e um senso de "profissionalização" introduzidos desde o recrutamento, como norma, nas empresas subcontratadas.

Políticas empresariais e práticas diferenciadas no mercado de trabalho

A literatura sociológica ilustra de forma abundante as relações entre política empresarial e práticas diferenciadas no mercado de trabalho. Parte-se das observações e comparações sobre práticas empresariais moduladoras do trabalho e dimensões políticas da participação dos trabalhadores nos espaços da vida urbana de forma sintética sublinho alguns aspectos que compõem esse mundo do trabalho transformado:

1. A constituição de mercados diferenciados, analisados nesta pesquisa a partir de indicadores sobre a natureza dos empregos propostos, das modalidades de recrutamento, do salário, da qualificação e da estabilidade no emprego;

2. As políticas de gestão das empresas não são necessariamente homogêneas, incorporando a combinação de mercado protegido, à exemplo dos empregados da CVRD, com mercados instáveis e empregos precários, caso típico das empresas prestadoras de serviço e subcontratadas pelos grandes empreendimentos. Neste quadro se situam também os contratos entre empresas de setores diferentes, os acordos entre empresas do setor mineral e as firmas de prestação de serviços, ou ainda as

⁹ Os grupos familiares puderam preservar uma parte de seu espaço limitando-se à esferas que, num primeiro momento, não eram necessariamente envolvidas pela ação "desenvolvimentista" do Estado e das grandes empresas.

vinculações comerciais entre serrarias e usinas de gusa. Neste caso, os acordos são celebrados objetivando a produção do carvão vegetal, fornecendo as serrarias refugio de madeira ou produzindo também carvão em fornos instalados no fundo de seus pátios industriais.

3. Os múltiplos movimentos de fixação da população ou de iniciativas de retorno à região de origem, determinados pelos limites do mercado. A precariedade do emprego e, em consequência, a qualidade de vida nos centros urbanos provoca um impacto imediato sobre a rotatividade e as trajetórias de ocupação de terras;

4. A mobilização de trabalhadores em suas estruturas de representação de classe para discutir uma longa agenda que inclui desde condições salariais até disparidades e desigualdade no mercado de trabalho constitui-se um fórum de avaliação das ações do estado e das empresas no mundo do emprego. Tem contribuído, também, na formulação de propostas como são provas as atas de reuniões, de congressos e seminários de trabalhadores em toda essa imensa região. Essa dinâmica da fronteira elabora ainda, enquanto espaço em transição, uma correlação de força e de controle de novas relações de poder, à nível local.

As formas de segmentação do mercado de trabalho resultam do conjunto dessas mudanças apontadas. A análise que segue é uma comparação dessa segmentação à partir da análise sobre as políticas empresariais. Examinemos dois casos:

1a) a CVRD e as empresas subcontratadas (regime de sub-contratação, cidades de Carajás e Parauapebas)

2a) as usinas siderúrgicas de produção de gusa (cidades de Marabá e Açailândia). A hierarquia social que transparece nas relações de trabalho desvela o papel desempenhado pelos programas e os projetos econômicos na regulação do mercado de trabalho na fronteira industrial e, também, o lugar de uma modernização imposta pelo planejamento.

A CVRD, enquanto empresa de grande influencia, organiza seu coletivo de trabalhadores segundo critérios de competência e de produtividade. Por recrutar uma mão-de-obra especializada, cria igualmente um quadro funcional incomum ao perfil do mercado regional. Motivo para se destacar das outras empresas e setores de atividades da região, como sendo a empresa que oferece melhores condições de trabalho. Avaliação que incorpora também salários indiretos, estabilidade de emprego e possibilidade de construir uma carreira profissional. Todos os trabalhadores da CVRD habitam no núcleo urbano do Carajás, no alto da serra do Carajás, se beneficiam de transporte, de habitação, de alimentação no lugar de trabalho, de escola para os filhos, de hospital, de clube e teatro, de viagens aéreas extensivas a todos membros da família, com fins de gozar férias em suas cidades de origem.

A diferença entre esses grupos de trabalhadores aparece mais visível quando se examina a estrutura hierárquica e de prestígio que mostram como as relações de poder se utilizam de processos de seleção e de classificação, incluindo ou excluindo de espaços definidos, pessoas, grupos, funções. Essa organização atravessa do trabalho à vida privada onde os mecanismos de inclusão/exclusão se constroem a partir do lugar e da função ocupada por cada um na produção. Essa distinção marca o uso dos espaços urbanos, dos serviços sociais e dos equipamentos coletivos acima enumerados. São produzidas assim mediações e distinções nas relações sociais fora do espaço de trabalho, entre os empregados da CVRD e aqueles das empresas subcontratadas, em função de cada lugar na estrutura do sistema produtivo local e, por via de consequência, de seu lugar de habitação, à Carajás (empregados da CVRD) ou à Parauapebas (empregados de outras empresas subcontratadas pela CVRD). Mas outra crivagem se estabelece ao interior desse último grupo, de acordo com a inserção do trabalhador em um ou outro tipo de empresa e o "peso" desta no mercado. Entram em conta categorias como perfil de qualificação, duração e montante do contrato de prestação de serviço assinado com a CVRD.

A comparação entre tipo de empregos propostos pelas empresas subcontratadas e pela CVRD visibiliza o processo de diferenciação no mercado a partir de uma grande empresa. Os trabalhadores das empresas subcontratadas recebem baixos-salários comparativamente à empresa matriz, estão sujeitos a jornadas maiores, dormem em quartos coletivos de até 8 leitos ou em pequenas casas de madeira em parauapebas.

A análise das políticas empresariais de recrutamento e de gestão da mão-de-obra, revela as mudanças das relações de poder ao interior desse mercado. As empresas engajadas pela CVRD ou que obtiveram autorização de explorar certos serviços são as que absorvem a maior parte da mão-de-obra regional, se a comparamos com a CVRD. Também elas propõem salários inferiores à estatal. É absolutamente necessário compreender a lógica da relação entre empresa (CVRD) e o mercado de trabalho, pois ela ilumina as mudanças que ocorrem nas áreas urbanas de fronteira.

As empresas do setor de construção civil, subcontratadas na fase inicial de construção do projeto ferro Carajás, contrataram cerca de 28.000 trabalhadores. Quando a CVRD estabilizou a produção e exportação de ferro, em 1988, seu quadro funcional estava em torno de 1855 pessoas repartidos da seguinte maneira: gerências (0,42%); técnicos (3,93%); supervisão e operários especializados (14,21%); trabalhadores generalistas (72,55%) e estagiários/aprendizes (3,93%). Porém quantidade bem maior de trabalhadores a seu serviço - cerca de 3.000 - estava engajada nas empresas subcontratadas. Observou-se mesmo uma progressão da subcontratação - o que não ocorreu com o quadro de funcionários da CVRD -, passando à 4.300 trabalhadores dois anos mais tarde (1990), distribuídos entre 88 empresas de serviços de pequeno e médio porte. Trata-se de uma terceirização que ocorre passo a passo com a industrialização. As estratégias de gestão colocadas em prática

prevêem, efetivamente, uma descentralização crescente das atividades, transferindo àquelas empresas as atribuições sobre o controle da produção e da disciplina, do recrutamento e da seleção e sobre os encargos sociais¹⁰.

Recrutamento, qualificação e paternalismo

Existem diferenças significativas entre o recrutamento realizado pela CVRD e o das outras empresas. A primeira tem um departamento de recursos humanos e um serviço de recrutamento e de seleção. Tratando-se de funções mais qualificadas ou de responsabilidade, entre elas as de direção e gerência, o recrutamento realiza-se no mercado especializado, sobretudo em cidades com tradição mineira, a exemplo de Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Itabira e Vitória. A CVRD transferiu dos estados onde ela atua, número importante de funcionários para ocupar os postos-chaves em Carajás com o objetivo de formar um novo coletivo de trabalhadores, em função de critérios próprios. Dados obtidos no seu departamento de pessoal mostram que 30% de seu quadro vêm do estado de Minas Gerais. À exceção do estado do Pará (13%) e do estado do Amapá (2%), os demais trabalhadores (55%) provinham, em 1988, de estados de fora da amazônica legal. Do mesmo modo, as atividades nas usinas de gusa que demandam formação especializada realizam o recrutamento no mercado externo, seja nas cidades de grande porte, mais próximas - Belém e São Luis - ou ainda nos centros com tradição de trabalho siderúrgico. Para os postos menos valorizados no mercado, a demanda é local (quadro 1)

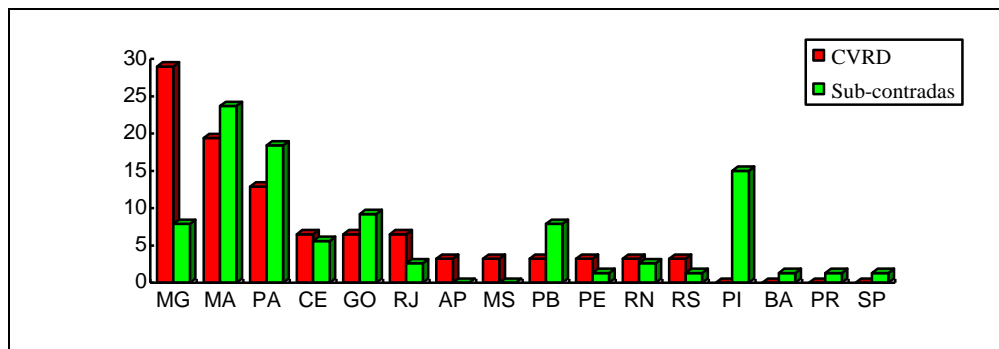
A política de recrutamento da CVRD define minuciosamente os critérios de seleção de seu pessoal. Os ajustamentos de mercado são importantes para o funcionamento das empresas, tendo em vista a fragilidade na qualificação da mão-de-obra regional para essas especializações. Porém, dentre os critérios de seleção incluem tanto as competências profissionais quanto as qualidades pessoais favoráveis a uma boa adaptação do trabalhador ao núcleo urbano do Carajás, onde reina a filosofia da "grande família", sobre a qual repousam os pilares da gestão do trabalho na empresa.

As relações sociais paternalistas têm, assim, lugar central no modelo de gestão de mão-de-obra e do cotidiano na "cidade operária", Carajás. Encontramos-nos, portanto, face a uma modalidade de organização do trabalho que absorve a vida privada e procede através do controle de tempo dedicado ao trabalho, mas também dos movimentos no campo da vida privada. Implica ainda em uma distinção social entre os que têm direitos de viver ou de acesso à cidade de Carajás e àqueles cujo trânsito exige prévia permissão. E esse o objetivo do crachá, a identificação permanente dos movimentos para sair ou

¹⁰ A Albrás influenciou a redefinição do espaço de trabalho metalúrgico, absorvendo e classificando sob outro perfil ocupacional, número considerável de trabalhadores. As práticas empresariais são desenvolvidas a partir de bases diferenciadas do processo produtivo e da gestão do trabalho. As condições de salário e de trabalho propostas pela empresa são reconhecidas como mais satisfatórias pelo grupo de trabalhadores em relação às empresas de serviços, tomadas como elementos de comparação.

entrar nesse espaço urbano. O princípio hierárquico marcado pela cultura da "grande família" permite à empresa construir relações bastante estreitas entre trabalho e família e de minimizar os conflitos no campo do trabalho. Constatamos que essas estruturas alimentadas por relações paternalistas presentes nas empresas menos modernas como aquelas do setor terciário, e as usinas de madeira e siderurgia, persistem também na grande empresa.

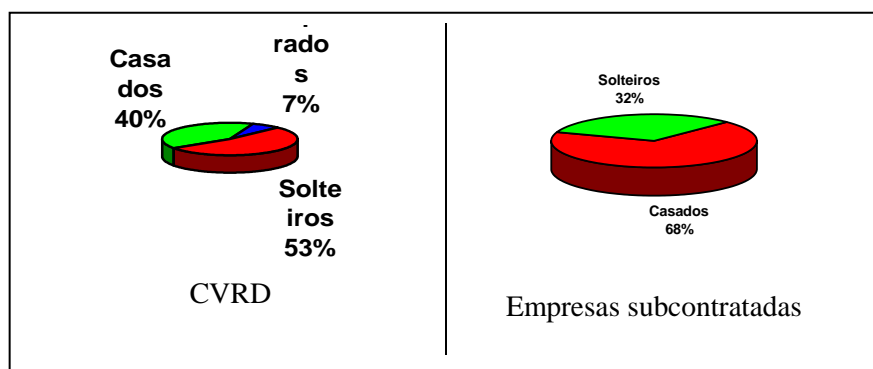
Quadro 1: estado de origem dos trabalhadores da CVRD e das empresas subcontratadas



Fonte: impactos do Projeto Ferro Carajás sobre a mão-de-obra. (relatório de pesquisa UFPA/NAEA, 1989)

As condições de trabalho oferecidas pela CVRD dão a essa empresa a preferência dos trabalhadores. A comparação entre o tempo de trabalho dos empregados da CVRD e aquele das empresas subcontratadas não se limita a mostrar as diferenças das práticas de recrutamento, ela ensina bastante sobre alguns determinantes do mercado. A estabilidade relativa do emprego é reforçada por privilégios urbanos de Carajás que permitem ao trabalhador da empresa poder usufruir de uma vida familiar com maiores facilidades. Dos empregados da CVRD, 68% são casados contra 40% das empresas subcontratadas. É possível que seja um reflexo do tipo de contratação da CVRD ou ainda da composição do operariado das empreiteiras. Mas os dados nos sugerem interrogações sobre possíveis mudanças no âmbito familiar, nos processos de diferenciação social e na produção de desigualdades a partir dos lugares ocupados na produção. As estruturas urbanas colocadas à disposição desses trabalhadores - sobretudo habitação - , o número de dependentes e a idade, mostram como o recrutamento leva em conta o estado civil e/ou a composição familiar (quadro 2).

Quadro 2: estado civil dos trabalhadores da CVRD e das empresas subcontratadas.



Os trabalhadores e suas estratégias de entrada no mercado de trabalho

Como os trabalhadores têm acesso às informações e quais os procedimentos de entrada no mercado de trabalho? Como se debatem para construir suas trajetórias profissionais?

O exemplo do operariado metalúrgico de Açailândia, no estado do Maranhão, é portador de algumas explicitações. Em 1988 a usina Vale do Pindaré iniciou o recrutamento, seguida da firma viana siderúrgica. Originários de diversos estados, na maioria, migrantes de origem rural, esses trabalhadores aprenderam na prática, de operários qualificados contratados ou transferidos pelas empresas de suas filiais localizadas em regiões de tradição siderúrgica. Foram essas condições que permitiram implantar a indústria e estabelecer as bases de um mercado de trabalho local.

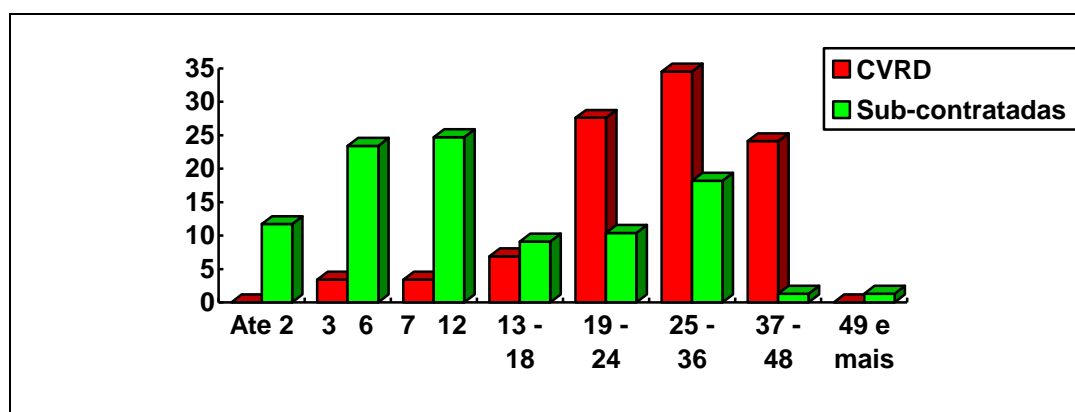
Precedendo à instalação do polo siderúrgico, os trabalhadores já tinham incluído em seus projetos profissionais as possibilidades de emprego e de carreira enquanto operários metalúrgicos. Era o caso daqueles que residiam de maneira permanente nas cidades de Açailândia e Marabá. O movimento de luta de um grupo de metalúrgicos e o espaço social e político conseguido à nível local graças às pressões dos movimentos populares, alimentavam de forma positiva o imaginário social e as esperanças de contratação com a abertura de um novo campo no mercado de trabalho.

No entanto, a realidade mostra que esses operários se integram ao trabalho da usina de forma marginal, não somente porque uma boa parte dentre eles se inscreve pela primeira vez na condição de trabalhador assalariado, com carteira profissional e contrato de trabalho, mas também em razão das insatisfações que eles ressentem em relação de trabalho. Essas empresas preenchem seus postos qualificados através de recrutamento de trabalhadores provenientes de longe e manifestam interesse de os proteger pela via salarial (direta e indireta), enquanto que a maioria dos empregados está submetida a condições de trabalho que os faz voltar à busca de outras usinas ou locais de trabalho. Cabe ressaltar que há também um grupo, embora reduzido, de trabalhadores que se consideram "bem sucedido". Apesar da expansão do regime assalariado, o mercado oferece espaços limitados à expansão do

emprego formal em relação à demanda. No discurso dos sindicalistas, as empresas de gusa mantêm-se fora do contexto de uma identidade metalúrgica formada historicamente no processo de luta da categoria, à nível nacional. Eles se beneficiam da instabilidade, das turbulências desse espaço de fronteira para pagar salários baixos sem ampliar de forma significativa as chances de ascensão social dos trabalhadores. As representações idealizadas dos operários sobre o trabalho e a carreira metalúrgica deslanchada com a instalação dessas usinas de gusa apagam-se rapidamente frente à realidade do trabalho precário oferecido no mercado..

Se a precariedade do emprego se materializa ao nível dos salários diretos e indiretos e pelas reduzidas possibilidades de construção de uma carreira profissional, as condições de trabalho, impostas pelos procedimentos técnicos são também difíceis: temperaturas elevadas, poeira, riscos de acidentes, como muitos comentam. A taxa mais elevada de rotatividade concerne à mão-de-obra menos qualificada. Numa das usinas estudadas, a média mensal de entrada e saída era de quarenta trabalhadores; o tempo de permanência na usina, em torno de três meses. (quadro 3)

Quadro 3: tempo de trabalho na CVRD e nas empresas subcontratadas



Fonte: impactos do projeto ferro Carajás sobre a mão-de-obra.op.cit.

Um outro ponto a remarcar é a reduzida oferta de emprego em relação ao afluxo de trabalhadores. Estes, comparando essa região com outras onde as dificuldades de emprego eram maiores, segundo a história de vida de cada um, representam de forma positiva a associação desenvolvimento (a presença de empresas) e trabalho assalariado. O emprego tem lugar central e estrutura os deslocamentos no espaço. Sua busca atualiza o sonho de modernização que se traduz pela relação ao trabalho. Há a figura de uma outra associação, entre o "moderno" e o trabalho siderúrgico. Este é visto como símbolo do progresso e de integração a uma sociabilidade nova, produto de um conjunto de relações e de práticas que se realizam no mercado de trabalho. Na referência à lugares

sociais idealizados, como portas de entrada a um espaço de ascensão social, aparecem certas cidades com tradição siderúrgica e metalúrgica do país, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo. Para alguns representam ainda uma alternativa de migração, não descartada, alimentada no sonho.

Na visão dos trabalhadores, a rotatividade é uma das facetas do trabalho metalúrgico e concretamente significa uma possibilidade de trabalho, uma vez que transitam em regiões de fronteira. Como se exprimia um ajudante de forneiro, definindo-se como "homem de trecho", para o qual "ir e vir é mais frequente que ficar". Esta dimensão não pode ser compreendida isoladamente, mas como elemento de um conjunto de informações sobre o mercado de trabalho. Ainda que a rotatividade dependa de variados fatores, entre os quais a política da empresa, ela apresenta uma natureza particular, dada claramente pela provisoriedade do emprego. Apesar das contestações observadas tanto pelas empresas como pelos trabalhadores à propósito do alto ritmo de rotatividade, esta continua bastante elevada. As empresas divulgam suas necessidades de mão-de-obra entre os trabalhadores ou fixam uma tabuleta com sua demanda na entrada das usinas. Essas mensagens se expandem através de circuitos muitos ágeis.

As informações sobre o mundo do trabalho, sobre a qualidade do emprego, sobre os salários e as condições de trabalho, obedecem à circuitos particulares estruturados pelos grupos de trabalhadores sob a forma de redes. Eles desenvolvem mecanismos de informação sobre as possibilidades de trabalho. Recriam suas próprias percepções do que é "bom" trabalho ou "mau trabalho" em relação aos mercados da região e às necessidades de subsistência (individuais e familiares), representações que orientam suas práticas e influenciam suas decisões e seus comportamentos no mercado de trabalho.

Como essas informações são transmitidas e quais são suas funções reais? O conjunto desse conhecimento acumulado ultrapassa de longe o espaço urbano e o da municipalidade. As informações transitam a longo termo. Para essas formas de comunicação vários meios são utilizados: contatos pessoais. Telefone ou cartas.essas redes se constituem enquanto que "interações informais" que respondem à necessidades variadas, que vão desde o fato de encontrar um trabalho, avaliar a evolução das trajetórias profissionais e/ou geográficas até à elaboração de estratégias de ascensão social, familiar ou individual.

Redes que funcionam graças a alguns elementos estruturantes, entre os quais as relações familiares e de vizinhança, como também as relações mantidas com o lugar de origem, em geral no contexto de pequenas comunidades onde as relações de parentesco e de amizade são essenciais. Desempenham papel fundamental dado sua eficácia e se apoiam sobre dimensões particularmente concretas que funcionam. Os trabalhadores consideram que o tempo de residência num centro urbano é essencial para "descolar" um primeiro emprego no mercado formal e que a duração desta atividade contará, na ocasião de uma contratação posterior, como ponto de uma negociação por melhores

condições salariais e de trabalho. Ainda que funcione num quadro marcadamente informal, a eficácia dessas redes de informação é reconhecida pelas agências de recrutamento bem como pelas empresas.

Conclusões

A industrialização na Amazônia, com a implantação de grandes projetos tem provocado mudanças que não têm sido suficientemente analisadas. As discussões em certas esferas técnicas e científicas a propósito dessa evolução abordam de forma bastante superficial a natureza desse processo. O resultado consiste assim a reafirmar os valores estabelecidos sobre um discurso que reatualizado continuamente que as estratégias de modernização como possibilidade de um desenvolvimento regional. Entretanto, muitas dimensões dessa problemática não são sequer esboçadas. Entende-se que a complexidade das relações sociais que se escondem sob a denominação superficial de "processo de industrialização" merece ser submetido a um outro exame. Nessa ótica, o desenvolvimento dos processos técnicos e de gestão do trabalho presentes atualmente num contexto de globalização, precisariam ser incorporados à análise do que hoje concebemos como o lugar da industrialização enquanto estratégia para saída de uma situação de crise social, pobreza e desemprego. O debate hoje, à nível mundial, esboça resultados de uma "desindustrialização" segundo era pensada naquele contexto desenvolvimentista.

Esta perspectiva permite questionar a industrialização que se realiza em regiões de fronteira na Amazônia, sob dois ângulos. O primeiro refere-se à construção de categorias capazes de explicar esse processo, recorrendo a um enfoque teórico cujos conceitos permitam compreender esse mundo do trabalho transformado pelos empreendimentos industriais, privilegiando a observação sobre as dinâmicas sociais e os interesses de diferentes atores. A segunda, é que, de certa forma, a modernização provoca contradições que tem sido ignoradas pelas instâncias do PGC e pelo estado, como por exemplo os custos sociais e ecológicos ligados a esse tipo de processo.

Impõe-se, portanto, como necessidade, ultrapassar um *approche* quantitativo e construir uma problemática que possa interrogar sobre a natureza do trabalho (e do emprego,) produzido por esse processo de industrialização na fronteira e as mudanças que se passam nos espaços do cotidiano, da reprodução da vida. É necessário incorporar à análise objetiva, as dimensões simbólicas das relações sociais. Uma *demarche* sobre as representações poderá suscitar hipóteses importantes à compreensão da dinâmica que organiza o campo do poder, seja dentro da empresa, seja na sociedade regional (2). Permitiria assim formular hipóteses sobre as novas dinâmicas estruturantes e hierarquizantes das relações sociais e de poder na região.

Referências:

CALLON, Michel - Réseaux Technico-Économique et irréversibilité. actes du séminaire "Contradictions et Dynamiques des Organisations. CRG/ESCP, Paris.

CASASSUS MONTERO, Cecilia (1981) -Le Marché du Travail Comme Niveau D'analyse de La Structure de Classe, Sociologie du Travail, N°2, Paris.

CASTRO, Edna (1989) - Resistência dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí e Construção de Identidades. In: Castro, Edna E Hébette, Jean - Na Trilha dos Grandes Projetos. Modernização e Conflito Na Amazônia. UFPA/NAEA. Belém.

CASTRO, Edna et all. (1989) - Impactos do Projeto Ferro Carajás sobre a mão-de-obra (Relatório De Pesquisa). UFPA/NAEA. Belém

_____ et all (1992) - Exploração Mineral na Amazônia e transformação nas relações de trabalho na região do Programa Grande Carajás (Relatório De Pesquisa). UFPA/NAEA. Belém.

_____ & ACEVEDO, Rosa (1993) - Amazônia Oriental: Territorialidade e Meio Ambiente. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.; NABUCO, M.R. Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. ANPUR/HUCITEC. Rio DE Janeiro.

CORIAT, Benjamin (1992) - Penser à L'envers. le travail et L'organisation Dans L'entreprise Japonaise. Christian Bourgois Ed., Paris.

COSTA, Teresa - Districts Industriels et Systèmes Locaux D'entreprise. In: GUITTON, C., MARUANI, M., REYNAUD, E. Coord. (1991) - L'emploi en Espagne: Marchés Du Travail et Relations Professionnelles, Paris. SYROS/ALTERNATIVE.

FERREIRA, Cândido G. (1988) - O Processo de Trabalho na Indústria Siderúrgica. Uma Tentativa de Caracterização Geral. Anais do Seminário Interdisciplinar Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão: Processos de Trabalho nas Indústrias Brasileiras. USP/ FEA/ UNICAMP.São Paulo.

FIORI, José (1990) - Sonhos Prussianos, Crisis Brasileiras. Leitura Política de uma Industrialização Tardia. Ensaios Fee. Porto Alegre.

HALL, Anthony (1991) - Amazônia: Desenvolvimento Para Quem? Desmaramento e Conflito Social no Programa Grande Carajás. Zahar Ed. Rio de Janeiro.

HIRATA, H & SUGITA, K (1988) - Politique Paternaliste et Division Sexuelle du Travail: Le Cas Del'industrie Japonaise. Revista Le Mouvement Social, N° 144. Paris.

KOHLHEPP, Gerd (1987) - Homem e Natureza na Amazônia. Atas do Simpósio Internacional e Interdisciplinar, ADP, TUBINGEN.

LAUTIER, B. & MARQUES-Pereira, J. (1993) - Répresentations Sociales et Constitution du Marché du Travail . Greitd. Paris.

MAGALHAES, S (1988) - Exemplo de Tucuruí. uma Política de Relocação em Contexto. In: As Hidrelétricas do Xingú e os Povos Indígenas. Com. Pro-Indio. São Paulo.

MOUGEOT, Luc (1987) - O Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: Kohlhepp, Gerd. Natureza e Sociedade. 1986.

MAURICE, Marc (1987) - Réflexions sur les Constituants du Marché du Travail. In: Maruani, M., Reinaud, e. Coord. Ed. ALTERNATIVE / SYROS.

PIORE, M. J. & SABEL, C. F.(1984) - Les Chemins de La Prosperité. de la Production de Masse à La Spécialisation Souple. Ed. HACHETTE. Paris.

SUDAM / UFMA (1990) Necessidades de Treinamento de Mão-de-obra Em Áreas de Influência do Programa Grande Carajás. SÃO LUIS.